

EIXO CAPITAL



SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@dabr.com.br
Interina

Aumento previsto para base de cálculo do IPTU é de 7,19% no DF

A atualização anual dos valores venais dos imóveis para base de cálculo do IPTU ficará em 7,19%. É o que fala o projeto de lei enviado pela Secretaria de Fazenda à Câmara Legislativa do DF. Constatam na planilha de cobrança cerca de 1 milhão de endereços. Há três faixas de alíquotas, incidentes sobre o valor venal do imóvel:

- 0,3%** para imóveis residenciais edificados;
- 1%** para imóveis não residenciais edificados ou para imóveis residenciais em construção;
- 3%** para imóveis não edificados.



Ana Isabel Mansur/CB/D.A. Press

Mais arrecadação

A projeção de arrecadação para 2023 é de **R\$ 1,47 bi**, ou seja, **21%** maior que em 2021.

Total por ano que entrou nos cofres públicos:

2022	R\$ 1,22 bilhão
2021	R\$ 1,26 bilhão
2020	R\$ 1,15 bilhão
2019	R\$ 1,04 bilhão
2018	R\$ 794 milhões

Distorções para mais e para menos

Levantamento da Liderança do Bloco Democracia e Resistência (PT/PSol), na Câmara Legislativa, aponta problemas com o projeto de lei do GDF:

- » falta de transparência, porque as planilhas não estão disponibilizadas para acesso público em geral, pela internet.
- » reduções excessivas para imóveis que eram da CEB. Houve mudança na natureza do imóvel de comercial, em 2022, para força e luz em 2023. Essa alteração causou redução de 99,89% no valor venal dos terrenos.
- » No apanhado geral, há aumentos no valor do terreno que chegam a 594%; e reduções de praticamente 100%.

Acumulado maior que a inflação

De janeiro de 1998 até outubro de 2022, o INPC aumentou 364,15%, o que demonstra que a arrecadação desse imposto tem sido bem maior do que a inflação. O acumulado chega a 1008%.

Explicações

“Esse conjunto de questões não permite a aprovação da pauta do IPTU para 2023 na situação em que encontra. É necessário que o governo re faça a pauta de valores ou, então, apresente uma explicação para tantas distorções”, alerta o deputado Chico Vigilante (PT).

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Casos pontuais

O GDF informou que, se ocorrerem erros, foram pontuais e que serão revistos, se necessários.

Lei não permite a renovação dos contratos temporários de agentes de saúde

A Secretaria de Saúde não poderá renovar o contrato de mil agentes de saúde (AVA) e comunitários de saúde (ACS). O impeditivo está na Lei Eleitoral nº 9504, artigo 73, inciso 5. Como a atual gestão não poderia criar despesas para a próxima, os contratos só puderam ser renovados por três meses.



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

Novo edital

Agora, a Secretaria de Saúde trabalha no edital de um novo processo seletivo de temporários. São mil vagas para as duas carreiras. Para o próximo ano, a pasta também fará concurso público de cargo efetivo.

Autorização

A Secretaria de Economia autorizou 17 vagas imediatas e 400 de cadastro de reserva para o cargo de AVA; além de 102 vagas imediatas e 500 de cadastro de reserva para o cargo de ACS.

“Sem consultar o Governo de Goiás e as prefeituras do Entorno do Distrito Federal, a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal (Semob) promoveu um reajuste drástico de até 26% no preço das passagens de ônibus entre o DF e municípios do Entorno”,

Ronaldo Caiado (União Brasil), governador de Goiás, que conseguiu liminar no STF suspendendo o aumento.



“O transporte do Entorno sempre foi um problema para todos nós. Tradicionalmente, as empresas de Goiás recebiam esse reajuste, todos os anos. Nós seguramos o máximo que podíamos. Era o menor reajuste que poderia ser concedido. Foi bastante estudado pela Semob e comunicado ao governo de Goiás e aos prefeitos do Entorno. Está tudo dentro da legislação. Isso não vai comprometer minha relação com o governador Caiado”

Ibaneis Rocha (MDB), governador do DF



Venda da Enel de Goiás

Ronaldo Caiado deve acompanhar pessoalmente, hoje, em Brasília, a votação da diretoria da Aneel, que vai autorizar ou não a venda da Enel (empresa de distribuição de energia de Goiás) para Equatorial. O valor da operação chega a R\$ 1,6 bilhão.

Histórico de divergências

Mais uma vez, Ibaneis e Caiado se estranham. Os dois governadores eleitos vão ter mais quatro anos de “convivência”. Nesta gestão, trocaram muitas farpas por causa da caçada policial ao serial killer Lázaro Barbosa, em 2021, da Guerra fiscal, da reforma da Previdência, de Linha ferroviária e da saúde pública. Temas que renderam até xingamentos entre os dois. Depois, selaram a paz e disseram que superaram. Mas agora ...

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | GERALDO MAGELA (PT) | INTEGRANTE DA TRANSIÇÃO DO GOVERNO

Coordenador no Distrito Federal da campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva acredita que o Congresso Nacional aprovará PECs importantes para população mais pobre e comenta sobre dificuldades no Orçamento para 2023

Cidades no foco do Planalto

» PABLO GIOVANNI*

Convidado do CB.Poder — parceria do Correio com a TV Brasília — o integrante do grupo de trabalho de Cidades na transição de governo Geraldo Magela (PT) detalhou que o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha com a expectativa de aprovação da PEC do Bolsa Família. “A prioridade absoluta são as pessoas de menor

renda”, garantiu. Em entrevista à jornalista Denise Rothenburg, o ex-deputado federal petista também afirmou que a equipe encontrou problemas nas contas, além de um orçamento de apenas R\$ 25 mil nos recursos voltados para os casos de enchentes. “Com esse valor, não dá nem para recolher a lama. No futuro Ministério de Cidades, nas áreas que são ligadas à pasta, nós encontramos problemas em todas as esferas. É um caos absoluto”, atesta.

nós encontramos problemas em todas as áreas. É um caos absoluto. Mas também teve problemas na saúde, na segurança pública. O que nós estamos vendo na transição é de dar tristeza e chorar. Agora, não podemos sentar e chorar e ficar parado, porque temos que preparar o próximo governo a partir de 1º de janeiro.

Quais serão as prioridades para o governo Lula nos 100 primeiros dias de mandato?

O presidente Lula falou durante todo o processo eleitoral, e disse também agora, no início da

Ed Alves/CB/D.A. Press



transição, que a prioridade absoluta são as pessoas de menor renda. Então, é fazer a alteração do orçamento através da PEC do Bolsa Família, e sendo aprovada, pode ter um recurso que venha a ser usado em outras áreas. É claro que, na nossa área — onde eu estou trabalhando — uma das prioridades é o Minha Casa Minha Vida — atual Casa Verde e Amarela. O presidente Lula vai olhar

o orçamento de 2023 e deve colocar algum recurso lá. Para você ter uma ideia: as obras do antigo Minha Casa Minha Vida estão paradas — mudaram o nome, mas só é uma grife. Elas estão paradas porque não tem dinheiro.

O Ministério das Cidades vai ficar do jeito que está hoje?

Tudo indica que a forma de composição dos grupos de

trabalho já dão uma demonstração de que o presidente quer recriar o Ministério das Cidades. Ele falou isso em uma coletiva recente, dizendo que o ministério será parecido com o que ele tinha no seu segundo governo. Nós estamos trabalhando com essa expectativa e com essa informação. Certamente, o número de ministérios não é o problema, porque há uma indicação de que não sejam criados novos cargos. Então nós vamos criar o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional ou Desenvolvimento Regional sem aumentar despesas. Mas, eu acredito que o conjunto será em torno de 35, 36 ministérios.

Vai ser criada a Secretaria das Periferias? Isso já está definido pela transição?

A transição aprovou a criação de uma secretaria dentro do Ministério das Cidades — que ainda não sabemos o nome — mas, que pode ser Secretaria de Políticas para as Comunidades Periféricas, que é para atender aquelas regiões chamadas de periferias,

mas que na verdade são adensamentos populacionais, conhecidos, em alguns lugares, como favelas ou de invasões e que são em sua maioria, abandonados pelos governos e sem políticas públicas. Então, nós pensamos que precisa ter uma política habitacional, mas precisa também ter uma Secretaria que olhe para estas situações. Vamos dizer assim: aqui em Brasília, nós temos o Santa Luzia, ali na Estrutural, que precisa de atenção, de melhorar as moradias, de colocar saneamento, de colocar mobilidade, e essa secretaria no ministério vai olhar para estas regiões do país.

E os militares, há alguma preocupação? Por que a gente vê aí as portas dos quartéis continuam ocupadas.

Os militares, para nós, não apresentam nenhum tipo de problema, nenhum tipo de preocupação. O Lula, durante oito anos, e depois a Dilma trataram os militares com respeito, e assim será. A recíproca será verdadeira.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti